



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MENSAGEM N.º 673, DE 2022

(Do Poder Executivo)

Submete à apreciação do Congresso Nacional, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Portarias que outorgam autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos: - TVR 186/2022 - Portaria nº 19, de 20 de janeiro de 2012 - Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Carmópolis, no município de Carmópolis - SE; - TVR 187/2022 - Portaria nº 55, de 21 de fevereiro de 2014 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural Chaleense, no município de Chalé - MG; - TVR 188/2022 - Portaria nº 421, de 22 de maio de 2014 - Associação Santa Maria de Difusão e Cultura - ASMDDCEC, no município de Santa Maria do Tocantins - TO; - TVR 189/2022 - Portaria nº 453, de 05 de junho de 2015 - Associação de Difusão Comunitária Rainha, no município de Araquari - SC; - TVR 190/2022 - Portaria nº 2.259, de 16 de junho de 2015 - Associação Coloniense de Radiodifusão Comunitária, no município de Colônia do Piauí - PI; - TVR 191/2022 - Portaria nº 3.434, de 30 de julho de 2015 - Associação Anglo de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Angico - AADACESA, no município de Angico - TO; - TVR 192/2022 - Portaria nº 2.995, de 20 de agosto de 2015 - Associação Comunitária e Cultural de Faxinalzinho, no município de Faxinalzinho - RS; - TVR 193/2022 - Portaria nº 6.780, de 06 de janeiro de 2016 - Associação dos Locutores de Candeias MG, no município de Candeias - MG; - TVR 194/2022 - Portaria nº 2.337, de 07 de junho de 2017 - Associação Rádio Comunitária Balsas FM, no município de Balsas - MA; - TVR 195/2022 - Portaria nº 5.881, de 07 de novembro de 2019 - Associação Comunitária Cultural de Breu Branco, no município de Breu Branco - PA; - TVR 196/2022 - Portaria nº 6.351, de 03 de dezembro de

2019 - Associação Comunitária Ipiranguense, no município de Ipiranga do Norte - MT; - TVR 197/2022 - Portaria nº 1.767, de 07 de janeiro de 2021 - Associação de Comunicação Felicidade FM, no município de Belo Horizonte - MG; - TVR 198/2022 - Portaria nº 1.774, de 07 de janeiro de 2021 - Associação Comunitária de Nova Bandeirantes, no município de Nova Bandeirantes - MT; - TVR 199/2022 - Portaria nº 1.779, de 21 de janeiro de 2021 - Associação São Chico Nas Ondas de Rádio, no município de São Francisco de Paula - RS; - TVR 200/2022 - Portaria nº 2.231, de 19 de março de 2021 - Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão Bem Bom, no município de Casa Nova - BA; - TVR 201/2022 - Portaria nº 2.233, de 19 de março de 2021 - Associação de Promoção Educativa e Cultural de Cocos, no município de Cocos - BA; - TVR 202/2022 - Portaria nº 3.359, de 14 de agosto de 2021 - Associação Comunitária Distrito de Santa Rosa - ACDSR, no município de Formosa - GO; - TVR 203/2022 - Portaria nº 3.520, de 02 de setembro de 2021 - Associação de Radiofusão Comunitária Alternativa FM, no município de Peritoró - MA; - TVR 204/2022 - Portaria nº 3.617, de 14 de setembro de 2021 - Associação de Radiodifusão Comunitária de Nenelândia, no município de Quixeramubim - CE; - TVR 205/2022 - Portaria nº 4.107, de 18 de novembro de 2021 - Associação Comunitária Silvino Brito - ACSB, no município de Massapê - CE; - TVR 206/2022 - Portaria nº 6.242, de 21 de julho de 2022 - Associação Comunitária de Radiodifusão de São José do Norte, no município de São José do Norte - RS; - TVR 207/2022 - Portaria nº 6.449, de 18 de agosto de 2022 - Associação Comunitária de Radiodifusão Ponta da Serra FM, no município de Betânia do Piauí - PI.

DESPACHO:

TRANSFORMADA EM: TVR-186/2022, TVR-187/2022, TVR-188/2022, TVR-189/2022, TVR-190/2022, TVR-191/2022, TVR-192/2022, TVR-193/2022, TVR-194/2022, TVR-195/2022, TVR-196/2022, TVR-197/2022, TVR-198/2022, TVR-199/2022, TVR-200/2022, TVR-201/2022, TVR-202/2022, TVR-203/2022, TVR-204/2022, TVR-205/2022, TVR-206/2022 E TVR-207/2022

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva (Parecer 09/90 - CCJR)

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Portarias que outorgam autorizações às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

1. Portaria nº 19, de 20 de janeiro 2012 - Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Carmópolis, no município de Carmópolis - SE;
2. Portaria nº 55, de 21 de fevereiro 2014 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural Chaleense, no município de Chale - MG;
3. Portaria nº 421, de 22 de maio 2014 - Associação Santa Maria de Difusão e Cultura - ASMDDCEC, no município de Santa Maria do Tocantins - TO;
4. Portaria nº 453, de 5 de junho 2015 - Associação de Difusão Comunitária Rainha, no município de Araquari - SC;
5. Portaria nº 2.259, de 16 de junho 2015 - Associação Colonense de Radiodifusão Comunitária, no município de Colônia do Piauí - PI;
6. Portaria nº 3.434, de 30 de julho 2015 – Associação Anglo de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Angico - AADACESA, no município de Angico - TO;
7. Portaria nº 2.995, de 20 de agosto 2015 - Associação Comunitária e Cultural de Faxinalzinho, no município de Faxinalzinho - RS;
8. Portaria nº 6.780, de 6 de janeiro 2016 - Associação dos Locutores de Candeias MG, no município de Candeias - MG;
9. Portaria nº 2.337, de 7 de junho 2017 - Associação Rádio Comunitária Balsas FM, no município de Balsas - MA;
10. Portaria nº 5.881, de 7 de novembro 2019 - Associação Comunitária Cultural de Breu Branco, no município de Breu Branco - PA;
11. Portaria nº 6.351, de 3 de dezembro 2019 - Associação Comunitária Ipiranguense, no município de Ipiranga do Norte - MT;

- Brasília, 19 de dezembro de 2022.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.036691/09, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Carnópolis, com sede na Rua Antônio Amaral Lemos, nº 115, Centro, Município de Carnópolis, Estado de Sergipe, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 10º 38' 59"S e longitude em 36º 59' 04"W, utilizando a frequência de 105,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA

Art. 1º Credenciou, por 04 (quatro) anos, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §3º do art. 2º da Portaria nº 131, de 23 de dezembro de 2008, do DENATRAN, a pessoa jurídica ITALAI VISTORIA LTDA - ME, CNPJ - 12.587.993/0001-97, situada no Município de Itajai - SC, na Rua Strimann, 187 - São João, CEP 88.305-100, para atuar como Empresa Credenciada em Vistoria de Veículos - ECV no Município de Itajai e conforme artigo 4º § 1º conceder precatoriamente a extensão da área de atuação para os Municípios de Biguaçu e Fátima no Estado de Santa Catarina. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JÚLIO FERRAZ ARCOVERDE

PORTARIAS DE 20 DE JANEIRO DE 2012

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve outorgar autorização as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
10	53000.012880/10	Associação Rádio Comunitária Terra Nova FM	Nova Olímpia/TO
11	53000.024821/10	Associação de Comunidade Cultural e Comunitária Camélia emerso	Cametá/PA
12	53000.026433/09	Associação Comunitária Educativa de Jurema - ACEJU	Jurema/MT
13	53000.029680/09	Associação Rádio Comunitária Cidade Alta	Alta Floresta/MT
14	53000.027278/07	Associação Comunitária dos Moradores de Azeites - ASCOMAR	Araucária/PR
15	53000.013193/10	Associação Comunitária, Cultural e Artísticas de Parauapeçu - ACAP	Parauapeçu/RJ
16	53000.005103/10	Associação Uniarco de Radiodifusão Comunitária	Guarapuá/PA
17	53000.054894/10	Associação Cultural e de Radiodifusão Comunitária de Piquetá	Piquetá/RS
18	53000.062120/10	Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Cametá/RS	Cametá/RS
19	53000.016691/09	Associação Comunitária Delia do Jaci	Boa Vista/RS
20	53000.031155/11	Instituto Reginaldo Mafael Fenech de Rádio Grãfia FM (AGEG)	Itajaí/SC
21	53000.023217/06	Associação Comunitária de Radiodifusão de Itaboraí	Itaboraí/RJ
22	53000.054515/05	Associação Comunitária de Preservação da Reserva de Picos das Águas	Silva Jardim/RJ
23	53000.058319/05	Associação Ambiental de Desenvolvimento Social Guaranápolis - ACDGESA	Guaranápolis/MS
24	53000.022206/11	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de São José do Inhacore	São José do Inhacore/RS
25	53000.027907/09	Associação de Radiodifusão Comunitária de São José do Inhacore	São José do Inhacore/RS

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 17 de junho de 2011

Nº 4.763 -
Processo nº 53563.001445/2004
O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo com Pedido de Efeito Suspensivo interposto pela TELEVAR NORTE LESTE S.A. - TELEVAR/NA, CNPJ nº 33.000.118/0016-55, contra decisão proferida pelo Conselho Administrativo de Recursos de Telecomunicações (CARTEL) no âmbito do processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação de descumprimento de metas estabelecidas no Plano Geral de Meias de Universalização (PGMU), aprovado pelo Decreto nº 2.592, de 15 de maio de 1998, decidiu, em sua Reunião nº 607, realizada 19 de maio de 2011, conhecer, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, rejeitar o provimento, mantendo integralmente os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 232/2011-CCAR, de 26 de abril de 2011.

Em 12 de setembro de 2011

Nº 7.501 -
Processo nº 53500.011761/2006
O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração e Pedido de Desistência apresentados pela TELECOMUNICAÇÕES

Art. 1º Revogar as Portarias nº 989, de 11 de setembro de 1974, nº 122, de 2 de julho de 1982, nº 215, de 31 de agosto de 1987, nº 136, de 15 de junho de 1988, nº 26, de 29 de janeiro de 1991, nº 1.267, de 31 de agosto de 1993, nº 1.534, nº 1.535, nº 1.536, nº 1.537, nº 1.538, nº 1.539, nº 1.540, nº 1.541, nº 1.542, todas de 4 de novembro de 1996 e nº 263, de 7 de maio de 1997.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

ATO Nº 503, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

Autorizar TELEVISÃO CENTRO AMÉRICA LTDA, CNPJ nº 03.476.876/0001-05 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Cubatão/MT, no período de 25/01/2012 a 25/01/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

ATO Nº 504, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

Autorizar TELEVISÃO BAHIA LTDA, CNPJ nº 13.043.269/0001-61 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Salvador/BA, no período de 25/01/2012 a 29/01/2012.

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 489, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

Processo nº 53500.001918/12. PERSPECTIVA, COMUNICAÇÕES LTDA - Fát - Vera Cruz/RS - Canal 239, Autoriza o Uso de Radiodifusão

MARCONI TILOMAZ DE SOUZA MATA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

ATO Nº 500, DE 25 DE JANEIRO DE 2012

Outorga autorização para uso de radiofrequências, sem exclusividade, em caráter secundário, à VIVO S.A. para a prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral (STFC).

ROBERTO PINTO MARTINS
Superintendente

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 28 de outubro de 2011

Nº 2.112/2011/PB/CPD/PB/CP/SPB -
Ref.: PADO nº 53500.029064/2009 - Resolve ARQUIVAR o presente PADO, sem a imposição de sanção à Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL, em razão da ausência de indícios de descumprimento de obrigação à Lei Geral de Telecomunicações, ao Contrato de Concessão e à regulamentação setorial.

Em 23 de junho de 2012

Nº 677/2012/PB/CPD/PB/CP/SPB -
Ref.: PA nº 53500.028887/2011 - Resolve: ANUIR previamente a alteração contratual da GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA - GVT, de forma a prever a criação de filiais nas cidades de Santos, no Estado de São Paulo e Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais, nos seguintes endereços, respectivamente: Avenida Conselheiro Rodrigues Alves, 347, Marquês, CEP 11.015-200 - Santos/SP e Rua Treze de Maio, 923, Bairro São Paulo, CEP 35.030-765 - Governador Valadares/MG e (ii) NOTIFICAR a interessada.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/interacao/interacao>, pelo código 00012012012600053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.036691/2009-92, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Carmópolis - SE, inscrita no CNPJ sob nº 10.983.453/0001-39, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Carmópolis/SE, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 1766/2011/CGRC/DEOC/SCE-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 1544/2011/CAO/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 19/2012, de 20 de janeiro de 2012, publicada no DOU de 26/01/2012, posicionamento mantido pela Consultoria Jurídica por intermédio de seu Parecer nº 1259/2018/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 6 de 71

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.047616/2011, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural Chaleense, com sede à Rua Cícero Gomes, nº 130, 2º Andar, Bairro Centro, Estado de Minas Gerais, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 87,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.047616/2011-71, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Desenvolvimento Social e Cultural Chaleense, inscrita no CNPJ sob nº 11.918.267/0001-89, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Chale/MS, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 552/2013/DRMC/MG-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 0157/2014/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR/MC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 55, de 21 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 26 de fevereiro de 2014.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 9 de 71

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Art. 7º As especificações e modelos do selo de inspeção técnica veicular e do certificado de inspeção técnica veicular, de-
finidos nos anexos II e III da presente Portaria, passando a ser ad-
otados no momento a partir de 15 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua pu-
blicação.

MORAYNA CORRÊA DUARTE

MOKYVAMIS COTIKIM DUAKTIS

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

JARBAS JOSE VALENTE
Substituto

Substituto

Processo nº 53560003883/2014 - RADIO AQUARELA
CEARENSE LTDA - FM - ITAPAGÉ/CE - Canal 245 - Autoriza-
novas características técnicas.

ATO Nº 1.722, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

JOSE AFONSO COSMO JUNIOR
Presidente Regional dos Estados do Ceará, Rio
Grande do Norte e Piauí

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 171/CPE/SESP, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Processo Nº 53510/0043267/2000. Aquisição por manuseio de sinetreses da requerente, o público de atendimento de controle da LINK TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/ME nº 05.452.898/0001-72, protocolizado nesta Agência no dia 15 de agosto de 2011, sob o nº 53510/0043452/2011, e registrado no Processo nº 53530/0043637/2000, nos termos do art. 53, do Regulamento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013.

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

ATO N.º 1.712-CPOE/SCP, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Processo nº 535000.010274/2011. Arquivada, por manifestação de desinteresse da requerente, o pedido de transferência de controle da TV SP2 COMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/ME nº 03.904.227/0001-50, sob o nº 535000.010274/2011, protocolizado nesta Agência no dia 12 de maio de 2011, sob o nº 535000.010274/2011, e arquivado no Processo nº 535000.0050872/2011, nos termos do art. 53 do Regulamento Interno do Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013.

CARLOS MANUEL BAIGORR
Superintendente

Processo n.º 53300.004/730/1999, Art. 1.º Anui previamente com a 1ª alteração contratual pretendida pela SUPERMADAME TECNOLOGIA EM ELETRÔNICA LTDA, inscrita sob o CNPJ/ME nº 39.162.235/0001-15.

செய்தல்

CARLOS MANUEL BAIGORRI
Superintendente

Superintendent

DESPACHO DECISÓRIO DO SUPERINTENDENTE
Em 25 de fevereiro de 2014

de 2014

Nº 948 - 53500028723/2013 - Homologação do Contrato de Interconexão Classe II entre a rede de suporte à prestação do Serviço Móvel Pessoal - SMP da TNL PCS S.A. - Oi e a rede de suporte à prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC da Universo Serviços de Telecomunicações Ltda - ME - UNIVERSO TELECOM, na modalidade Local.

CARLOS MANUEL BALCARRA

Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

[illegible]

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO DE 21 DE JUNHO DE 2013

Nº	Processos	n.	33524.000026/2008
66/2013-CD	-		
53524.000343/2008			

Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobauka
Fórum Deliberativo: Reunião nº 701, de 20 de junho de 2013. Re-
corrente/Intessado: TELEMAR NORTE S/A - Filial Minas Gerais
(CNPJ/MF nº 33.000.118/0003-30)
EMENTA: SÍN PADO RECURSO ADMINISTRATIVO

ART. 4º, II, E ART. II DO PGRU DE UNIVERSALIZAÇÃO DO CREDITO, 1994, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029, 2030, 2031, 2032, 2033, 2034, 2035, 2036, 2037, 2038, 2039, 2040, 2041, 2042, 2043, 2044, 2045, 2046, 2047, 2048, 2049, 2050, 2051, 2052, 2053, 2054, 2055, 2056, 2057, 2058, 2059, 2060, 2061, 2062, 2063, 2064, 2065, 2066, 2067, 2068, 2069, 2070, 2071, 2072, 2073, 2074, 2075, 2076, 2077, 2078, 2079, 2080, 2081, 2082, 2083, 2084, 2085, 2086, 2087, 2088, 2089, 2090, 2091, 2092, 2093, 2094, 2095, 2096, 2097, 2098, 2099, 2100, 2101, 2102, 2103, 2104, 2105, 2106, 2107, 2108, 2109, 2110, 2111, 2112, 2113, 2114, 2115, 2116, 2117, 2118, 2119, 2120, 2121, 2122, 2123, 2124, 2125, 2126, 2127, 2128, 2129, 2130, 2131, 2132, 2133, 2134, 2135, 2136, 2137, 2138, 2139, 2140, 2141, 2142, 2143, 2144, 2145, 2146, 2147, 2148, 2149, 2150, 2151, 2152, 2153, 2154, 2155, 2156, 2157, 2158, 2159, 2160, 2161, 2162, 2163, 2164, 2165, 2166, 2167, 2168, 2169, 2170, 2171, 2172, 2173, 2174, 2175, 2176, 2177, 2178, 2179, 2180, 2181, 2182, 2183, 2184, 2185, 2186, 2187, 2188, 2189, 2190, 2191, 2192, 2193, 2194, 2195, 2196, 2197, 2198, 2199, 2200, 2201, 2202, 2203, 2204, 2205, 2206, 2207, 2208, 2209, 2210, 2211, 2212, 2213, 2214, 2215, 2216, 2217, 2218, 2219, 2220, 2221, 2222, 2223, 2224, 2225, 2226, 2227, 2228, 2229, 2230, 2231, 2232, 2233, 2234, 2235, 2236, 2237, 2238, 2239, 2240, 2241, 2242, 2243, 2244, 2245, 2246, 2247, 2248, 2249, 2250, 2251, 2252, 2253, 2254, 2255, 2256, 2257, 2258, 2259, 2260, 2261, 2262, 2263, 2264, 2265, 2266, 2267, 2268, 2269, 2270, 2271, 2272, 2273, 2274, 2275, 2276, 2277, 2278, 2279, 2280, 2281, 2282, 2283, 2284, 2285, 2286, 2287, 2288, 2289, 2290, 2291, 2292, 2293, 2294, 2295, 2296, 2297, 2298, 2299, 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311, 2312, 2313, 2314, 2315, 2316, 2317, 2318, 2319, 2320, 2321, 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2349, 2350, 2351, 2352, 2353, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2366, 2367, 2368, 2369, 2370, 2371, 2372, 2373, 2374, 2375, 2376, 2377, 2378, 2379, 2380, 2381, 2382, 2383, 2384, 2385, 2386, 2387, 2388, 2389, 2390, 2391, 2392, 2393, 2394, 2395, 2396, 2397, 2398, 2399, 2400, 2401, 2402, 2403, 2404, 2405, 2406, 2407, 2408, 2409, 2410, 2411, 2412, 2413, 2414, 2415, 2416, 2417, 2418, 2419, 2420, 2421, 2422, 2423, 2424, 2425, 2426, 2427, 2428, 2429, 2430, 2431, 2432, 2433, 2434, 2435, 2436, 2437, 2438, 2439, 2440, 2441, 2442, 2443, 2444, 2445, 2446, 2447, 2448, 2449, 2450, 2451, 2452, 2453, 2454, 2455, 2456, 2457, 2458, 2459, 2460, 2461, 2462, 2463, 2464, 2465, 2466, 2467, 2468, 2469, 2470, 2471, 2472, 2473, 2474, 2475, 2476, 2477, 2478, 2479, 2480, 2481, 2482, 2483, 2484, 2485, 2486, 2487, 2488, 2489, 2490, 2491, 2492, 2493, 2494, 2495, 2496, 2497, 2498, 2499, 2500, 2501, 2502, 2503, 2504, 2505, 2506, 2507, 2508, 2509, 2510, 2511, 2512, 2513, 2514, 2515, 2516, 2517, 2518, 2519, 2520, 2521, 2522, 2523, 2524, 2525, 2526, 2527, 2528, 2529, 2530, 2531, 2532, 2533, 2534, 2535, 2536, 2537, 2538, 2539, 2540, 2541, 2542, 2543, 2544, 2545, 2546, 2547, 2548, 2549, 2550, 2551, 2552, 2553, 2554, 2555, 2556, 2557, 2558, 2559, 2560, 2561, 2562, 2563, 2564, 2565, 2566, 2567, 2568, 2569, 2570, 2571, 2572, 2573, 2574, 2575, 2576, 2577, 2578, 2579, 2580, 2581, 2582, 2583, 2584, 2585, 2586, 2587, 2588, 2589, 2590, 2591, 2592, 2593, 2594, 2595, 2596, 2597, 2598, 2599, 2600, 2601, 2602, 2603, 2604, 2605, 2606, 2607, 2608, 2609, 2610, 2611, 2612, 2613, 2614, 2615, 2616, 2617, 2618, 2619, 2620, 2621, 2622, 2623, 2624, 2625, 2626, 2627, 2628, 2629, 2630, 2631, 2632, 2633, 2634, 2635, 2636, 2637, 2638, 2639, 2640, 2641, 2642, 2643, 2644, 2645, 2646, 2647, 2648, 2649, 2650, 2651, 2652, 2653, 2654, 2655, 2656, 2657, 2658, 2659, 2660, 2661, 2662, 2663, 2664, 2665, 2666, 2667, 2668, 2669, 2670, 2671,

ACORDÃO-VISTO, REFIENDOS E JUSTIFICADOS os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Resolução nº 524/2013-CD-CNB, de 14 de junho de 2013, integrando este acórdão, o(s) recetor(s) Alagoano(s) Fundador(es) por TELEMANO NORTIE S.A. - Filial Mitois Gerais, para a apresentação por TELEMANO NORTIE S.A. - Filial Mitois Gerais, para o mérito, incidentes os pedidos não consumados, inclusive o pedido de sigilo dos autos, (s) registrar que o inadimplemento de sigilo não implicou

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.cca.org.br>
Código: 00012014022600992

que a área competente, ao conectar documentos aos autos, analise a necessidade de concessão de sigilo a outros documentos semeados no juízo, mediante equiparação às exceções normativas, no termos do art. 8.º do artigo 1.º da Portaria nº 941/2011, de 28 de outubro de 2011, e do artigo 1.º da Portaria nº 941/2011, de 28 de outubro de 2011; c) conectar do Recurso Administrativo impositivo por TE-LEAR, CORREIO S/A - Filial Minas Gerais para, no mérito, negar-lhe o pedido de sigilo; d) reformar, com fundamento no art. 64 e 4.º parágrafo único da Lei nº 9.784/1999, a decisão exarada no Despacho nº 2.992/2010-UNAC/OUNAC/CSJN, de 26 de abril de 2010, no sentido de agravar o montante de multa para R\$ 5.228.000,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil reais), sem a existência de Antecedentes;

Participaram da deliberação o Presidente João Baista de Rezende e os Conselheiros Jairo José Valente, Marcelo Bescina de Souza Hobatto, Rodrigo Zerbato Loureiro e Marcus Vinicius Paolucci.

Presidente do Conselho

DESPACHO DO PRESIDENTE

4 de dezembro de 2012

Processo nº 53520.000793/2006

Nº 7.287/2012-CD - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições,

[illegible]

gov.br/autoridade.html

pelo código 00012014022600092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.064008/2012, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Santa Maria de Difusão e Cultura – ASMDDCEC, com sede à Rua 09, nº 19 - Centro, na cidade de Santa Maria do Tocantins, Estado do Tocantins, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro de Estado das Comunicações

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.064008/2012-11, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Santa Maria de Difusão e Cultura - Asmdcec, inscrita no CNPJ sob nº 17.312.931/0001-28, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de e Santa Maria do Tocantins/TO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 1109/2014/CGRC/DEAA/SCE-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MC, por intermédio de seu Parecer nº 0446/2014/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 421, de 22 de maio de 2014, publicada no DOU de 26 de junho de 2014.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 15 de 71

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Difusão Comunitária Rainha, com sede à Rua Rio Grande do Sul, nº 500, bairro: Rainha, no Município de Araquari, Estado de Santa Catarina, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 87.9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 05/06/2015, às 15:42, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sel.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0337847** e o código CRC **5EC6CFDC**.

entidade exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, a vista da documentação apresentada neste processo, DEBENRE e participante do Edital nº 08.264.595/000-42, em RECITEPE, no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

08.264.595/000-66 RECIFE/PE

Processo nº 25000.044/20206-37

PIRACICABA/SP, PIRACICABA/SP, PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

54.375.647/0132-96 PIRACICABA/SP

Art. 1º O Quórum autorizado à Associação de Difusão Comunitária Raulina, com sede à Rua Rio Grande do Sul, nº 500, bairro: Raulina, no Município de Aracaju, Estado de Santa Catarina, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização refere-se à pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 87,90 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZONI

PORTARIA Nº 455, DE 5 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.009667/2010-65, resolve:

Art. 1º O Quórum autorizado à Associação Universitária de Curitiba, com sede à Faculdade de Minas do Ouro, nº 810, bairro: Santo Inácio, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização refere-se à pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 98,3 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZONI

PORTARIA Nº 455, DE 5 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.009667/2010-65, resolve:

Art. 1º O Quórum autorizado à Associação Comunitária Esportiva e Educacional de Radiodifusão da Cidade de Laguna Carajá, com sede à Rua Gabriel Carajá, nº 697, Bairro Monte Alegre, na localidade de Laguna Carajá / MS, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização refere-se à pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 104,90 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZONI

PORTARIA Nº 223K, DE 5 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em acatamento ao PARECER Nº 493/2014/RVP/CCE/CONJUR-MC/CGU/ACU, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito, a Portaria nº 1206, de 03 de julho de 2002, publicada no DOU de 10/07/2002, que outorgou à ILLUSTRE SINCOS - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., a permissão para execução de serviço de radiodifusão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZONI

PORTARIA Nº 223K, DE 5 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em acatamento ao PARECER Nº 493/2014/RVP/CCE/CONJUR-MC/CGU/ACU, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito, a Portaria nº 1206, de 03 de julho de 2002, publicada no DOU de 10/07/2002, que outorgou à ILLUSTRE SINCOS - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., a permissão para execução de serviço de radiodifusão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZONI

PORTARIA Nº 223K, DE 5 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em acatamento ao PARECER Nº 493/2014/RVP/CCE/CONJUR-MC/CGU/ACU, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito, a Portaria nº 1206, de 03 de julho de 2002, publicada no DOU de 10/07/2002, que outorgou à ILLUSTRE SINCOS - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., a permissão para execução de serviço de radiodifusão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZONI

PORTARIA Nº 223K, DE 5 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em acatamento ao PARECER Nº 493/2014/RVP/CCE/CONJUR-MC/CGU/ACU, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito, a Portaria nº 1206, de 03 de julho de 2002, publicada no DOU de 10/07/2002, que outorgou à ILLUSTRE SINCOS - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., a permissão para execução de serviço de radiodifusão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZONI

PORTARIA Nº 223K, DE 5 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em acatamento ao PARECER Nº 493/2014/RVP/CCE/CONJUR-MC/CGU/ACU, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito, a Portaria nº 1206, de 03 de julho de 2002, publicada no DOU de 10/07/2002, que outorgou à ILLUSTRE SINCOS - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., a permissão para execução de serviço de radiodifusão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZONI

PORTARIA Nº 223K, DE 5 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em acatamento ao PARECER Nº 493/2014/RVP/CCE/CONJUR-MC/CGU/ACU, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito, a Portaria nº 1206, de 03 de julho de 2002, publicada no DOU de 10/07/2002, que outorgou à ILLUSTRE SINCOS - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., a permissão para execução de serviço de radiodifusão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZONI

PORTARIA Nº 223K, DE 5 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em acatamento ao PARECER Nº 493/2014/RVP/CCE/CONJUR-MC/CGU/ACU, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito, a Portaria nº 1206, de 03 de julho de 2002, publicada no DOU de 10/07/2002, que outorgou à ILLUSTRE SINCOS - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., a permissão para execução de serviço de radiodifusão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZONI

PORTARIA Nº 223K, DE 5 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em acatamento ao PARECER Nº 493/2014/RVP/CCE/CONJUR-MC/CGU/ACU, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito, a Portaria nº 1206, de 03 de julho de 2002, publicada no DOU de 10/07/2002, que outorgou à ILLUSTRE SINCOS - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., a permissão para execução de serviço de radiodifusão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZONI

PORTARIA Nº 223K, DE 5 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em acatamento ao PARECER Nº 493/2014/RVP/CCE/CONJUR-MC/CGU/ACU, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito, a Portaria nº 1206, de 03 de julho de 2002, publicada no DOU de 10/07/2002, que outorgou à ILLUSTRE SINCOS - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., a permissão para execução de serviço de radiodifusão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZONI

PORTARIA Nº 223K, DE 5 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em acatamento ao PARECER Nº 493/2014/RVP/CCE/CONJUR-MC/CGU/ACU, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito, a Portaria nº 1206, de 03 de julho de 2002, publicada no DOU de 10/07/2002, que outorgou à ILLUSTRE SINCOS - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., a permissão para execução de serviço de radiodifusão.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,90 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZONI

PORTARIA Nº 881, DE 9 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.048544/2010-07, resolve:

Art. 1º O Quórum autorizado à Associação Comunitária Esportiva e Educacional de Radiodifusão da Cidade de Laguna Carajá, com sede à Rua Gabriel Carajá, nº 697, Bairro Monte Alegre, na localidade de Laguna Carajá / MS, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização refere-se à pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 104,90 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZONI

PORTARIA Nº 881, DE 9 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.048544/2010-07, resolve:

Art. 1º O Quórum autorizado à Associação Comunitária Esportiva e Educacional de Radiodifusão da Cidade de Laguna Carajá, com sede à Rua Gabriel Carajá, nº 697, Bairro Monte Alegre, na localidade de Laguna Carajá / MS, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização refere-se à pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 104,90 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZONI

PORTARIA Nº 223K, DE 5 DE JUNHO DE 2016

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, em acatamento ao PARECER Nº 493/2014/RVP/CCE/CONJUR-MC/CGU/ACU, resolve:

Art. 1º Fica sem efeito, a Portaria nº 1206, de 03 de julho de 2002, publicada no DOU de 10/07/2002, que outorgou à ILLUSTRE SINCOS - SISTEMA NACIONAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., a permissão para execução de serviço de radiodifusão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.003653/2013-30, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Difusão Comunitária Rainha, inscrita no CNPJ sob nº 17.397.184/0001-78, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Araquari/SC, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 933/2014/CGRC/DEAA/SCE-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MC, por intermédio de seu Parecer nº 0609/2014/LRM/CVS/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MC nº 453, de 05 de junho de 2015, publicada no DOU de 15/06/2015.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 19 de 71

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, com sede à Rua Zezito Moura, s/nº, Centro, no Município de Colônia do Piauí, Estado do Piauí, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 16/06/2015, às 15:13, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0521676** e o código CRC **14C622E4**.

100 pontos

9.5 Em caso de empate na pontuação total entre dois ou mais participantes, será considerada a maior pontuação obtida no primeiro critério de julgamento, conforme especificado neste Regulamento para cada categoria. Persistindo o empate, será considerada a maior pontuação obtida no segundo critério de julgamento, e assim sucessivamente, até o quarto critério de julgamento, estabelecido para cada categoria. Na hipótese de ainda haver igualdade na nota final, observada a data de inscrição do participante, sendo considerado vencedor o participante com o menor número de inscrições.

10. COMISSÃO JULGADORA

10.1 Serão constituídas 10 (dez) comissões julgadoras, cada qual avaliará uma das categorias/subcategorias referidas no item 3 deste Regulamento.

10.2 As comissões julgadoras serão instituídas por Portaria do Denatur e compostas por, no máximo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) pessoas com comprovado conhecimento técnico, para avaliar os trabalhos relativos às categorias descritas no item 3 deste Regulamento.

10.3 Poderão ser convidados, a critério do Diretor do Denatur, profissionais da área de educação e de trabalho, assim como artistas, escritores, professores universitários, músicos e outros profissionais reconhecidos saber na área.

10.4 A comissão julgadora realizará reuniões e realizará os trabalhos segundo os critérios e procedimentos no item 9.4.1, desde que observados os seguintes aspectos:

10.5 Os trabalhos das comissões julgadoras serão considerados honoríficos, não ensejando qualquer forma de remuneração.

10.6 A pontuação atribuída pelos membros das comissões julgadoras e a decisão a respeito dos trabalhos vencedores será soberana (não cabendo recurso), podendo, inclusive, decidir pela não atribuição de prêmios a trabalhos que não atingiram o mínimo de 20 pontos no total da pontuação atribuída nos critérios de julgamento contidos no item 9.4.1.

10.7 Caso os integrantes das Comissões Julgadoras não residam em Brasília, o Denatur custeará suas despesas com deslocamento e hospedagem, bem como a regalia de viagem. Serão encaminhados à comissão julgadora no prazo de 15 (quinze) dias úteis, os trabalhos das categorias: Editores - Projetos de Educação de Trabalho, Educação no Tênis, Cidadania e Segurança Veicular.

11. PREMIAÇÃO

11.1 Os prêmios serão assim distribuídos:

11.1.1 ENSINO FUNDAMENTAL (1º ao 9º ano)

1º lugar: Aluno: R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais);

Professor Orientador R\$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais);

2º lugar: Aluno: R\$ 2.300,00 (dois mil e quinhentos reais);

Professor Orientador R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais);

3º lugar: Aluno: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

Professor Orientador R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

11.1.2 ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E EDUCAÇÃO ESPECIAL

1º lugar: R\$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais);

2º lugar: R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais);

3º lugar: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

11.1.3 EDUCADORES, EDUCAÇÃO NO TRANSITO, COMUNICAÇÃO E CIDADANIA

1º lugar: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

2º lugar: R\$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais);

11.1.6 O DENATUR poderá a Prefeitura Municipal que inscrever o maior número de trabalhos neste concurso com uma Placa de Honoreário.

11.2 Os valores dos respectivos prêmios estarão sujeitos à incidência, dedução e retenção de impostos, conforme legislação em vigor, por ocasião da data de pagamento dos prêmios.

11.3 Para receber o prêmio, o (a) ganhador (a) deverá encaminhar, em nome do Denatur, o seguinte: R.G., C.P.F. e e-mail válido. Caso o (a) ganhador (a) não tenha recebido o prêmio, deverá enviar os dados acima especificados de seu (sua) responsável. Caso o ganhador e o (a) responsável não tenham conta corrente, será necessária a abertura desta.

11.4 Os (as) premiados (as) em 1º, 2º e 3º lugares, além da quantia em dinheiro, receberão certificados e placas de homenagem.

12. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

12.1 A relação dos premiados será divulgada por meio do site do Denatur <http://www.denatur.gov.br> no dia 10 de novembro de 2015.

12.2 Os (as) premiados (as) também serão informados via e-mail, fax e telefone.

13. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Cronograma de Execução	
Data de publicação do Edital	09 de julho de 2015
Inscrição	
1º período	11 de agosto a 1º de setembro de 2015
2º período	15 de setembro de 2015
3º período	15 de setembro de 2015
4º período	15 de setembro de 2015
5º período	15 de setembro de 2015
6º período	15 de setembro de 2015
7º período	15 de setembro de 2015
8º período	15 de setembro de 2015
9º período	15 de setembro de 2015
10º período	15 de setembro de 2015
11º período	15 de setembro de 2015
12º período	15 de setembro de 2015
13º período	15 de setembro de 2015
14º período	15 de setembro de 2015
15º período	15 de setembro de 2015
16º período	15 de setembro de 2015
17º período	15 de setembro de 2015
18º período	15 de setembro de 2015
19º período	15 de setembro de 2015
20º período	15 de setembro de 2015
21º período	15 de setembro de 2015
22º período	15 de setembro de 2015
23º período	15 de setembro de 2015
24º período	15 de setembro de 2015
25º período	15 de setembro de 2015
26º período	15 de setembro de 2015
27º período	15 de setembro de 2015
28º período	15 de setembro de 2015
29º período	15 de setembro de 2015
30º período	15 de setembro de 2015
31º período	15 de setembro de 2015
32º período	15 de setembro de 2015
33º período	15 de setembro de 2015
34º período	15 de setembro de 2015
35º período	15 de setembro de 2015
36º período	15 de setembro de 2015
37º período	15 de setembro de 2015
38º período	15 de setembro de 2015
39º período	15 de setembro de 2015
40º período	15 de setembro de 2015
41º período	15 de setembro de 2015
42º período	15 de setembro de 2015
43º período	15 de setembro de 2015
44º período	15 de setembro de 2015
45º período	15 de setembro de 2015
46º período	15 de setembro de 2015
47º período	15 de setembro de 2015
48º período	15 de setembro de 2015
49º período	15 de setembro de 2015
50º período	15 de setembro de 2015
51º período	15 de setembro de 2015
52º período	15 de setembro de 2015
53º período	15 de setembro de 2015
54º período	15 de setembro de 2015
55º período	15 de setembro de 2015
56º período	15 de setembro de 2015
57º período	15 de setembro de 2015
58º período	15 de setembro de 2015
59º período	15 de setembro de 2015
60º período	15 de setembro de 2015
61º período	15 de setembro de 2015
62º período	15 de setembro de 2015
63º período	15 de setembro de 2015
64º período	15 de setembro de 2015
65º período	15 de setembro de 2015
66º período	15 de setembro de 2015
67º período	15 de setembro de 2015
68º período	15 de setembro de 2015
69º período	15 de setembro de 2015
70º período	15 de setembro de 2015
71º período	15 de setembro de 2015
72º período	15 de setembro de 2015
73º período	15 de setembro de 2015
74º período	15 de setembro de 2015
75º período	15 de setembro de 2015
76º período	15 de setembro de 2015
77º período	15 de setembro de 2015
78º período	15 de setembro de 2015
79º período	15 de setembro de 2015
80º período	15 de setembro de 2015
81º período	15 de setembro de 2015
82º período	15 de setembro de 2015
83º período	15 de setembro de 2015
84º período	15 de setembro de 2015
85º período	15 de setembro de 2015
86º período	15 de setembro de 2015
87º período	15 de setembro de 2015
88º período	15 de setembro de 2015
89º período	15 de setembro de 2015
90º período	15 de setembro de 2015
91º período	15 de setembro de 2015
92º período	15 de setembro de 2015
93º período	15 de setembro de 2015
94º período	15 de setembro de 2015
95º período	15 de setembro de 2015
96º período	15 de setembro de 2015
97º período	15 de setembro de 2015
98º período	15 de setembro de 2015
99º período	15 de setembro de 2015
100º período	15 de setembro de 2015

14. CERIMÔNIA DE PREMIAÇÃO

14.1 Após divulgação dos resultados finais, o Denatur realizará uma cerimônia de premiação para os vencedores (as) em Brasília, no dia 11 de dezembro de 2015. O local da cerimônia será informado posteriormente.

14.2 Caso os (as) vencedores (as) não residam em Brasília, o Denatur custeará suas despesas de deslocamento a cidade e hospedagem nos termos da legislação vigente. Sendo o (a) ganhador (a) menor de 18 anos e/ou portador necessidades especiais, somente poderá comparecer ao prêmio acompanhado (a) de um dos responsáveis.

14.3 Os cartões de embarque (tiquetes dos bilhetes de passagem) devem ser entregues na data da cerimônia de premiação.

15. DISTRIBUIÇÃO DE PRêmIOS

15.1 Os prêmios deverão ser encaminhados, exclusivamente, via correio (envelope especificado contida no item 6 deste Regulamento).

15.2 Todos os trabalhos encaminhados e que forem desclassificados estarão sob a guarda do Denatur no prazo de 1 (um) ano, de acordo com as normas do Arquivo Nacional. Após esse período, os trabalhos serão eliminados.

15.3 Os trabalhos enviados deverão ser de autoria do (a) participante, sendo de sua responsabilidade a veracidade da autoria.

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 3 de junho de 2015

ANEXO

PROPOSTANTE	PROCESSO	RESULTADO	RAZÕES DA INABILITAÇÃO	PORTOS	CLASSIFICAÇÃO
TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA.	53000.038132/2012	Inabilitada	-	1º lugar	-
TV PÍZ DE FORALIMPA	53000.038132/2012	Inabilitada	-	2º lugar	-
TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA.	53000.038132/2012	Inabilitada	-	3º lugar	-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/assessoria/assessoria.html>, pelo código 00012015070200035

Exatidão DOU PORTARIA 2259 (05/67147)

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a

grã da língua portuguesa e das normas da ABNT para a escrita e referências bibliográficas.

100 pontos

9.5 Em caso de empate na pontuação total entre dois ou mais participantes, será considerada a maior pontuação obtida no primeiro critério de julgamento, conforme especificado neste Regulamento para cada categoria. Persistindo o empate, será considerada a maior pontuação obtida no segundo critério de julgamento, e assim sucessivamente, até o quarto critério de julgamento, estabelecido para cada categoria. Na hipótese de ainda haver igualdade na nota final, observada a data de inscrição do participante, sendo considerado vencedor o participante com o menor número de inscrições.

10. COMISSÃO JULGADORA

10.1 Serão constituídas 10 (dez) comissões julgadoras, cada qual avaliará uma das categorias/subcategorias referidas no item 3 deste Regulamento.

10.2 As comissões julgadoras serão instituídas por Portaria do Denatur e compostas por, no máximo, 03 (três) e, no máximo, 05 (cinco) pessoas com comprovado conhecimento técnico, para avaliar os trabalhos relativos às categorias descritas no item 3 deste Regulamento.

10.3 Poderão ser convidados, a critério do Diretor do Denatur, profissionais da área de educação e de trabalho, assim como artistas, escritores, professores universitários, músicos e outros profissionais reconhecidos saber na área.

10.4 A comissão julgadora realizará reuniões e realizará os trabalhos segundo os critérios e procedimentos no item 9.4.1, desde que observados os seguintes aspectos:

10.5 Os trabalhos das comissões julgadoras serão considerados honoríficos, não ensejando qualquer forma de remuneração.

10.6 A pontuação atribuída pelos membros das comissões julgadoras e a decisão a respeito dos trabalhos vencedores será soberana (não cabendo recurso), podendo, inclusive, decidir pela não atribuição de prêmios a trabalhos que não atingiram o mínimo de 20 pontos no total da pontuação atribuída nos critérios de julgamento contidos no item 9.4.1.

10.7 Caso os integrantes das Comissões Julgadoras não residam em Brasília, o Denatur custeará suas despesas com deslocamento e hospedagem, bem como a regalia de viagem. Serão encaminhados à comissão julgadora no prazo de 15 (quinze) dias úteis, os trabalhos das categorias: Editores - Projetos de Educação de Trabalho, Educação no Tênis, Cidadania e Segurança Veicular.

11. PREMIAÇÃO

11.1 Os prêmios serão assim distribuídos:

11.1.1 ENSINO FUNDAMENTAL (1º ao 9º ano)

1º lugar: Aluno: R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais);

Professor Orientador R\$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais);

2º lugar: Aluno: R\$ 2.300,00 (dois mil e quinhentos reais);

Professor Orientador R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais);

3º lugar: Aluno: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais);

Professor Orientador R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

11.1.2 ENSINO MÉDIO, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E EDUCAÇÃO ESPECIAL

1º lugar: R\$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais);

2º lugar: R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais);

3º lugar: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);

11.1.3 EDUCADORES, EDUCAÇÃO NO TRANSITO, COMUNICAÇÃO E CIDADANIA

1º lugar: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

2º lugar: R\$ 6.250,00 (seis mil duzentos e cinquenta reais);

11.1.6 O DENATUR poderá a Prefeitura Municipal que inscrever o maior número de trabalhos neste concurso com uma Placa de Honoreário.

11.2 Os valores dos respectivos prêmios estarão sujeitos à incidência, dedução e retenção de impostos, conforme legislação em vigor, por ocasião da data de pagamento dos prêmios.

11.3 Para receber o prêmio, o (a) ganhador (a) deverá encaminhar, em nome do Denatur, o seguinte: R.G., C.P.F. e e-mail válido. Caso o (a) ganhador (a) não tenha recebido o prêmio, deverá enviar os dados acima especificados de seu (sua) responsável. Caso o ganhador e o (a) responsável não tenham conta corrente, será necessária a abertura desta.

11.4 Os (as) premiados (as) em 1º, 2º e 3º lugares, além da quantia em dinheiro, receberão certificados e placas de homenagem.

12. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

12.1 A relação dos premiados será divulgada por meio do site do Denatur <http://www.denatur.gov.br> no dia 10 de novembro de 2015.

12.2 Os (as) premiados (as) também serão informados via e-mail, fax e telefone.

13. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Cronograma de Execução	
Data de publicação do Edital	09 de julho de 2015
Inscrição	
1º período	11 de agosto a 1º de setembro de 2015
2º período	15 de setembro de 2015
3º período	15 de setembro de 2015
4º período	15 de setembro de 2015
5º período	15 de setembro de 2015
6º período	15 de setembro de 2015
7º período	15 de setembro de 2015
8º período	15 de setembro de 2015
9º período	15 de setembro de 2015
10º período	15 de setembro de 2015
11º período	15 de setembro de 2015
12º período	15 de setembro de 2015
13º período	15 de setembro de 2015
14º período	15 de setembro de 2015
15º período	15 de setembro de 2015
16º período	15 de setembro de 2015
17º período	15 de setembro de 2015
18º período	15 de setembro de 2015
19º período	15 de setembro de 2015
20º período	15 de setembro de 2015
21º período	15 de setembro de 2015
22º período	15 de setembro de 2015
23º período	15 de setembro de 2015
24º período	15 de setembro de 2015
25º período	15 de setembro de 2015
26º período	15 de setembro de 2015
27º período	15 de setembro de 2015
28º período	15 de setembro de 2015
29º período	15 de setembro de 2015
30º período	15 de setembro de 2015
31º período	15 de setembro de 2015
32º período	15 de setembro de 2015
33º período	15 de setembro de 2015
34º período	15 de setembro de 2015
35º período	15 de setembro de 2015
36º período	15 de setembro de 2015
37º período	15 de setembro de 2015
38º período	15 de setembro de 2015
39º período	15 de setembro de 2015
40º período	15 de setembro de 2015
41º período	15 de setembro de 2015
42º período	15 de setembro de 2015
43º período	15 de setembro de 2015
44º período	15 de setembro de 2015
45º período	15 de setembro de 2015
46º período	15 de setembro de 2015
47º período	15 de setembro de 2015
48º período	15 de setembro de 2015
49º período	15 de setembro de 2015
50º período	15 de setembro de 2015
51º período	15 de setembro de 2015
52º período	15 de setembro de 2015
53º período	15 de setembro de 2015
54º período	15 de setembro de 2015
55º período	15 de setembro de 2015
56º período	15 de setembro de 2015
57º período	15 de setembro de 2015
58º período	15 de setembro de 2015
59º período	15 de setembro de 2015
60º período	15 de setembro de 2015
61º período	15 de setembro de 2015
62º período	15 de setembro de 2015
63º período	15 de setembro de 2015
64º período	15 de setembro de 2015
65º período	15 de setembro de 2015
66º período	15 de setembro de 2015
67º período	15 de setembro de 2015
68º período	15 de setembro de 2015
69º período	15 de setembro de 2015
70º período	15 de setembro de 2015
71º período	15 de setembro de 2015
72º período	15 de setembro de 2015
73º período	15 de setembro de 2015
74º período	15 de setembro de 2015
75º período	15 de setembro de 2015
76º período	15 de setembro de 2015
77º período	15 de setembro de 2015
78º período	15 de setembro de 2015
79º período	15 de setembro de 2015
80º período	15 de setembro de 2015
81º período	15 de setembro de 2015
82º período	15 de setembro de 2015
83º período	15 de setembro de 2015
84º período	15 de setembro de 2015
85º período	15 de setembro de 2015
86º período	15 de setembro de 2015
87º período	15 de setembro de 2015
88º período	15 de setembro de 2015
89º período	15 de setembro de 2015
90º período	15 de setembro de 2015
91º período	15 de setembro de 2015
92º período	15 de setembro de 2015
93º período	15 de setembro de 2015
94º período	15 de setembro de 2015
95º período	15 de setembro de 2015
96º período	15 de setembro de 2015
97º período	15 de setembro de 2015
98º período	15 de setembro de 2015
99º período	15 de setembro de 2015
100º período	15 de setembro de 2015

14. CERIMÔNIA DE PREMIAÇÃO

14.1 Após divulgação dos resultados finais, o Denatur realizará uma cerimônia de premiação para os vencedores (as) em Brasília, no dia 11 de dezembro de 2015. O local da cerimônia será informado posteriormente.

14.2 Caso os (as) vencedores (as) não residam em Brasília, o Denatur custeará suas despesas de deslocamento a cidade e hospedagem nos termos da legislação vigente. Sendo o (a) ganhador (a) menor de 18 anos e/ou portador necessidades especiais, somente poderá comparecer ao prêmio acompanhado (a) de um dos responsáveis.

14.3 Os cartões de embarque (tiquetes dos bilhetes de passagem) devem ser entregues na data da cerimônia de premiação.

15. DISTRIBUIÇÃO DE PRêmIOS

15.1 Os prêmios deverão ser encaminhados, exclusivamente, via correio (envelope especificado contida no item 6 deste Regulamento).

15.2 Todos os trabalhos encaminhados e que forem desclassificados estarão sob a guarda do Denatur no prazo de 1 (um) ano, de acordo com as normas do Arquivo Nacional. Após esse período, os trabalhos serão eliminados.

15.3 Os trabalhos enviados deverão ser de autoria do (a) participante, sendo de sua responsabilidade a veracidade da autoria.

DESPACHOS DO MINISTRO

Em 3 de junho de 2015

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.044719/2011-80, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Coloniense de Radiodifusão Comunitária, inscrita no CNPJ sob nº 14.184.332/0001-88, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Colônia do Piauí/PI, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 53/2014/SEI-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MC, por intermédio de seu Parecer nº 195/2015/CONJUR/MC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 2.259/2015, de 16 de junho de 2015, publicada no DOU de 02 de julho de 2015.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 23 de 71

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria .

para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 30/07/2015, às 14:14, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0622898** e o código CRC **EAB89087**.

PORTARIA Nº 3.424, DE 30 DE JULHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.02294/2013-13 e 531700.001086/1998, resolve:

Art. 1º Revogar, pelo prazo de dez anos, a partir de 30/09/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RARA DESSENOVAMENTE CULTURAL, TRÊS MARTRES, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, no município de Ibatuba, estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus subseqüentes, e suas regulamentações e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BEZZONI

PORTARIA Nº 3.427, DE 30 DE JULHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.04652/2013-47 e nº 53830.00236/1998, resolve:

Art. 1º Revogar, pelo prazo de dez anos, a partir de 17/10/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA, CULTURAL E ARTÍSTICA DINÂMICA DA CIDADE DE LARANJEIROS PAULISTA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Laranjal Paulista/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus subseqüentes, e suas regulamentações e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BEZZONI

PORTARIA Nº 3.428, DE 30 DE JULHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.01545/2013-48 e nº 53103.00038/1998-09, resolve:

Art. 1º Revogar, pelo prazo de dez anos, a partir de 24/12/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO CARUARU FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Caruaru/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus subseqüentes, e suas regulamentações e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BEZZONI

PORTARIA Nº 3.429, DE 30 DE JULHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001258/1998 e nº 53000.02345/2013-59, resolve:

PORTARIA Nº 3.430, DE 30 DE JULHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.00709/2013-15 e nº 53830.00237/1998, resolve:

Art. 1º Revogar, pelo prazo de dez anos, a partir de 14/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL DE BALSAIAO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Balsamoré/SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus subseqüentes, e suas regulamentações e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BEZZONI

PORTARIA Nº 3.431, DE 30 DE JULHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53800.06511/2011-24 e nº 53170.00052/1998, resolve:

Art. 1º Revogar, pelo prazo de dez anos, a partir de 06/09/2011, a autorização outorgada à RADIO COMUNITÁRIA ARAÇÁ FM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Maripá.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus subseqüentes, e suas regulamentações e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BEZZONI

PORTARIA Nº 3.432, DE 30 DE JULHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no inciso II do art. 9º e 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.01961/2012-25, resolve:

Art. 1º Outorgar, autorizada a ASSOCIAÇÃO ANJO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E SOCIAL DE ANJO - MADAGATSA, com sede à Avenida Itamaraty, nº 618, Bairro Centro, na localidade de Anjo/TO, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e seus subseqüentes, e suas regulamentações e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização da frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição.

RICARDO BEZZONI

RETIFICAÇÃO

No Anexo do Despacho nº 750/2015/SEPLAN, de 03 de junho de 2015, publicado no Diário Oficial da União do dia 02 de julho de 2015, Seção 1, Página 36, que trata de adjudicação de obras a TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA, onde se lê:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS	53000.05775/2012	Inabilitada	Documentação incompleta	-	-
Assessoria de Imprensa					

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015080500207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2, de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.053961/2012-25, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Anglo de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Angico - AADACESA, inscrita no CNPJ sob nº 17.113.157/0001-26, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Angico/TO, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5924/2015/SEI-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica, por intermédio de seu Parecer nº 467/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MC nº 3434, de 30 de julho de 2015, publicada no DOU de 05/08/2015.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 27 de 71

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

Art. 1º Outorgar autorização a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE FAXINALZINHO, com sede à Avenida Lido Armando Oltamari, nº 845, Apto 01, Centro, na cidade de Faxinalzinho, Estado do Rio Grande do Sul, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar utilizando a frequência de 104,9MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 20/08/2015, às 18:51, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0611237** e o código CRC **B63B2FBC**.

[illegible]

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.020718/2012-21, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária e Cultural de Faxinalzinho, inscrita no CNPJ sob nº 15.293.781/0001-27, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Faxinalzinho/RS, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 11717/2014/SEI-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MC, por intermédio de seu Parecer nº 523/2015/SEI-MC, também apresentou considerações favoráveis.

Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 2.995, de 20 de agosto de 2015, publicada no DOU de 25/08/2015.

4. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 31 de 71

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização de frequência de 87,9 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ
FIGUEIREDO

ANDRÉ FIGUEIREDO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.050136/2011-98, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO DOS LOCUTORES DE CANDEIAS MG, inscrita no CNPJ sob nº 10.746.929/0001-18, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Candéias/MG, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 23576/2015/SEI-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MC, por intermédio de seu Parecer nº 1093/2015/SEI-MC, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 6.780, de 06 de janeiro de 2016, publicada no DOU de 21/01/2016.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

Comunitária pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º A entidade autorizada deverá operar com utilização de frequência de 106,3 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Parágrafo único. A entidade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

GILBERTO KASSAB

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.055153/2010-31, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Rádio Comunitária Balsas FM, inscrita no CNPJ sob nº 12.622.918/0001-51, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Balsas/MA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério das Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica do Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 7.754/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 475/2017/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 2.337, de 07 de junho de 2017, publicada no DOU de 22/06/2017.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 36 de 71

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

Breu Branco. Estado do Pará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorização deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.037955/2016-19, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Cultural de Breu Branco, inscrita no CNPJ sob nº 24.901.243/0001-69, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Breu Branco/PA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 15133/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 783/2019/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 5.881-SEI, de 7 de novembro de 2019, publicada no DOU de 12/11/2019.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 39 de 71

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

Grosso, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorização deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR PONTES

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.037514/2016-17, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária Ipiranguense, inscrita no CNPJ sob nº 24.646.195/0001-00, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Ipiranga do Norte/MT, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 9723/2019/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCTIC, por intermédio de seu Parecer nº 589/2019/CONJUR/MCTIC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 6351, de 3 de dezembro de 2019, publicada no DOU de 11/12/2019.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorização deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.060873/2018-20, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Comunicação Felicidade FM, inscrita no CNPJ sob nº 32.247.260/0001-52, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Belo Horizonte/MG, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3124/2020/SEI-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00024/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 1767, de 07 de janeiro de 2021, publicada no DOU de 07/05/2021.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 44 de 71

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorização deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.003334/2019-74, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Nova Bandeirantes, inscrita no CNPJ sob nº31.782.207/0001-99, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Nova Bandeirantes/MT, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 850/2020/SEI-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00004/2020/CONJUR-MC/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 1.774, de 7 de janeiro de 2021, publicada no DOU de 07/05/2021.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 47 de 71

Assinado eletronicamente por: Fabio Salustino Mesquita de Faria

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.055845/2019-71, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação São Chico nas Ondas de Rádio, inscrita no CNPJ sob nº 32.539.415/0001-24, cuja sede se situa na Rua Vasco da Gama, nº 35, Bairro Rincão, na localidade de São Francisco de Paula, Estado do Rio Grande do Sul,, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 198, cuja frequência é de 87,5 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o **caput**.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Salustino Mesquita Faria, Ministro de Estado das Comunicações**, em 21/01/2021, às 19:18 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6358818** e o código CRC **5CA0CAF9**.

Referência: Processo nº 01250.055845/2019-71

SEI nº 6358818

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 49 de 71

Parágrafo único. A autorização deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FÁRIA

PORTARIA Nº 1.764/SEI-MCOM, DE 21 DE JANEIRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.00451/2018-81, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação União de Moradores de Corte de Pedra - AUMCP, inscrita no CNPJ sob nº 13.070.123/0001-40, cuja sede se situa na Praça 27 de Setembro, s/nº, Loteamento Próspero Cardoso, Corte de Pedra, na localidade de Presidente Tancredo Neves, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autoridade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FÁRIA

PORTARIA Nº 1.768/SEI-MCOM, DE 21 DE JANEIRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.058728/2018-80, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Cultural e Educacional de Ibiá, inscrita no CNPJ sob nº 23.057.025/0001-27, cuja sede se situa na Rua I, nº 52, Bairro São Dimas, na localidade de Ibiá, Estado de Minas Gerais, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autoridade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FÁRIA

PORTARIA Nº 1.771/SEI-MCOM, DE 21 DE JANEIRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.03341/2018-50, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Palmas, inscrita no CNPJ sob nº 30.686.247/0001-74, cuja sede se situa na Quadra 713 Sul, Alameda 9, QI 10, nº 15, sala 02, Plano Diretor Sul, na localidade de Palmas, Estado do Tocantins, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autoridade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FÁRIA

PORTARIA Nº 1.772/SEI-MCOM, DE 7 DE JANEIRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.071550/2018-61, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Rádio Votantinim, inscrita no CNPJ sob nº 31.698.482/0001-29, cuja sede se situa na Rua Angélio Francisco Parí, nº 283, Bairro Parque Bela Vista, na localidade de Votantinim, Estado de São Paulo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autoridade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FÁRIA



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico
<http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 051520101200053

Publicação Portaria 05/01/2021

53

SC1010740-05-5845-2019-71 - Pág. 51

Art. 1º Fica anuada a Portaria nº 40, de 01 de Fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial da União - DOU - nº 29, de 15 de fevereiro de 2016, que outorgou autorização ao Centro Cultural de Humberto de Campos - Tribal Folia (TRIBAL FOLIA) para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Humberto de Campos/MA, por um período de 10 (dez) anos, em razão da inobservância do disposto no art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FÁRIA

PORTARIA Nº 1.782/SEI-MCOM, DE 21 DE JANEIRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53900.038891/2015-65, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Conquistá, CNPJ nº 24.932.767/0001-17, cuja sede se situa na Rua Belo Horizonte, Quadra 138, nº 12 A, na localidade de Maratá, Estado do Pará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autoridade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FÁRIA

PORTARIA Nº 1.783/SEI-MCOM, DE 21 DE JANEIRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e o que consta do processo nº 53000.064554/2005-41, resolve:

Art. 1º Declarar extinta a autorização outorgada à Associação Comunitária de Radiodifusão de Monte Alegre de Minas - Rádio Monte Alegre, inscrita no CNPJ nº 07.716.139/0001-56, por meio da Portaria nº 680, publicada no Diário Oficial da União de 14 de setembro de 2009, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Monte Alegre de Minas, estado de Minas Gerais, em razão da baixa no CNPJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FÁRIA

PORTARIA Nº 1.784/SEI-MCOM, DE 21 DE JANEIRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.002476/2018-50, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Novidade FM, CNPJ nº 29.967.698/0001-09, cuja sede se situa na Avenida Dom Ricardo Weverger, nº 2220, Cidade Nova, na localidade de Barreiras, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autoridade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FÁRIA

PORTARIA Nº 1.785/SEI-MCOM, DE 21 DE JANEIRO DE 2021

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 9º, inciso II, e no art. 19 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, c/c a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.042523/2018-81, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Rio Verdes, CNPJ nº 30.537.445/0001-76, cuja sede se situa na Rua U-002, Bairro Senhor Intermediário, na localidade de Rio Verde, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autoridade deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FÁRIA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 2003, da Lei nº 20.263-2004, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.055845/2019-71, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação São Chico nas Ondas de Rádio, inscrita no CNPJ sob nº 32.539.415/0001-24, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Francisco de Paula/RS, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 2741/2020/SEI-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00038/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 1.779, de 21 de janeiro de 2021, publicada no DOU de 25/01/2021.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 51 de 71

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1. Encaminho o Processo nº 01250.048025/2018-42, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária e Cultural de Radiodifusão Bem Bom - BA, inscrita no CNPJ sob nº 31.107.679/0001-46, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Casa Nova/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 739/2020/SEI-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00031/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 2.231, de 19 de março de 2021, publicada no DOU de 07/05/2021.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 54 de 71

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 55 de 71

dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorização deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1. Encaminho o Processo nº 01250.044117/2018-53, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação de Promoção Educativa e Cultural de Cocos, inscrita no CNPJ sob nº 30.957.131/0001-22, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Cocos/BA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 9883/2020/SEI-MCTIC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00006/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 2.233, de 19 de março de 2021, publicada no DOU de 07/05/2021.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 57 de 71

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

Rosa- Centro, na localidade de Formosa, Estado de Goiás, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1. Encaminho a Vossa Excelência o processo nº 01250.044662/2018-40, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DISTRITO DE SANTA ROSA - ACDSR, inscrita no CNPJ sob nº 31.057.629/0001-00, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Formosa/GO, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 687/2020/SEI-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00012/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 3359, de 14 de agosto de 2021, publicada no DOU de 08/09/2021.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

localidade de Peritoró, Estado do Maranhão, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorização deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão corrigida.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.059821/2018-19, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação, para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RADIOFUSÃO COMUNITÁRIA ALTERNATIVA FM, inscrita no CNPJ sob nº 18.473.861/0001-52, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Peritoró/MA, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6997/2021/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00266/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 3520, de 02 de setembro de 2021, publicada no DOU de 25/10/2021.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

Nenelândia, na localidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.071938/2018-62, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação, para que a entidade ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE NENELÂNDIA, inscrita no CNPJ nº 26.124.285/0001-66, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Quixeramobim/CE, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 3415/2020/SEL-MC, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00053/2020/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, complementado pela Nota nº 00092/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e pelo Parecer nº 00141/2021/CONJUR-MCOM/CGU/AG, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 3.617, de 14 de setembro de 2021, publicada no DOU de 27/10/2021.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

sem direito de exclusividade, utilizando o canal 254, cuja frequência é de 98,7 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.070887/2018-51, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação, para que a entidade Associação Comunitária Silvino Brito - ACSB, inscrita no CNPJ sob nº 08.551.885/0001-29, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Massapé/CE, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 5311/2021/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações, por intermédio de seu Parecer nº 00441/2021/CONJUR/MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 4.107, de 18 de novembro de 2021, publicada no DOU de 30/12/2021.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

NORTE, inscrita no CNPJ sob nº 33.624.010/0001-57, cuja sede se situa na Rua Saturnino de Souza Velho, 541 - Cidade Alta, na localidade de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 252, cuja frequência é de 98,3 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorização deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.054915/2019-74, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE SÃO JOSÉ DO NORTE, inscrita no CNPJ sob nº 33.624.010/0001-57, explore pelo prazo de dez anos o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de São José do Norte/RS, em conformidade com o que dispõe caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 9.308/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00548/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.
4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações Substituto Eventual, expediu a Portaria MCOM nº 6242, de 21 de julho de 2022, publicada no DOU de 30/08/2022.
5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 68 de 71

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 69 de 71

inscrita no CNPJ sob nº 37.489.182/0001-16, cuja sede se situa no Sítio Laranjeira, S/Nº - Zona Rural, na localidade de Betânia do Piauí, Estado do Piauí, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorização deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 01250.042299/2019-17, que veicula a Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a entidade Associação Comunitária de Radiodifusão Ponta da Serra FM, inscrita no CNPJ sob o nº 37.489.182/0001-16, explore pelo prazo de dez anos o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Betânia do Piauí/PI, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223, da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

2. A entidade requereu ao então Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações sua inscrição para prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.

3. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 6175/2022/SEI-MCOM, de modo favorável à outorga. Da mesma forma, a Consultoria Jurídica do MCOM, por intermédio de seu Parecer nº 00490/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, também apresentou considerações favoráveis.

4. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado das Comunicações expediu a Portaria MCOM nº 6.449, de 18 de agosto de 2022, publicada no DOU de 16/09/2022.

5. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural, mas também servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.

6. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga objeto do presente processo passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MSC 673/2022 POSSUI INTEIRO TEOR EM FORMATO DIFERENTE DO WORD
Página 71 de 71

Assinado eletronicamente por: Fábio Salustino Mesquita de Faria

FIM DO DOCUMENTO